

• Constituinte

# Agora, Sarney aposta em um acordo

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney não acredita que as críticas que endereçou contra a Constituinte, antontem à noite, através de uma rede nacional de rádio e televisão, levem o País a um impasse institucional, como prenunciaram algumas lideranças parlamentares, "já fui informado de que o projeto foi aprovado, com a negociação de 21 pontos", frisou o presidente a este jornal, minutos antes de desembarcar na base área de Brasília, procedente do Amazonas, aonde foi inaugurar a operação de um campo de petróleo. O presidente concluiu que o resultado da sessão de ontem indica que as portas das negociações continuam abertas na Constituinte, sem os riscos de uma ruptura com o Executivo.

(No aeroporto de Tefé, onde fez a escala para seguir de helicóptero para os poços da Petrobrás, Sarney deu dois telefonemas para Brasília, um dos quais para o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil).

O presidente reafirmou que "fiz o que achava que devia fazer", ao "esclarecer" a Nação e aos constituintes sobre as consequências da manutenção de determinados artigos do projeto do relator Bernardo Cabral, "não sou contra os avanços sociais, só acho que temos de abandonar essa visão paternalista de Estado", corrigiu. Sarney usou até a ironia para reforçar a idéia de que questões como jornada de trabalho, tabelamento de juros e nacionalização da produção mineral não devem constar de um texto constitucional afirmando:

"Do jeito que as coisas vão, a União Soviética, vai chegar ao capitalismo mais depressa do que a América Latina".

De terno bege claro, descontraindo, Sarney disse, a bordo do avião, que não estava preocupado com o clima político que encontraria em Brasília. Lembrou que, antes, era criticado por alguns líderes partidários por não participar da Constituinte e que, agora, ao fazê-lo emitindo suas opiniões, querem culpá-lo por isso.

"Se no futuro ficar provado que errei, vou me sentir o homem mais feliz do mundo, porque a única coisa que desejo é o bem do Brasil", sublinhou.

Sarney subestimou as informações, dando conta da irritação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com o seu pronunciamento, ga-

## PMDB e PFL ainda negociam

por Marcos Magalhães de Brasília

As negociações entre o PMDB e o PFL, para a supressão de artigos do projeto de Constituição aprovados ontem pelo plenário da Constituinte já estão adiantadas: dos 40 pontos que o PFL quer alterar, já havia acordo até ontem em torno de 21.

Entre eles está o artigo 23 das Disposições Transitórias, que possibilita ao servidor público escolher as leis que re-

gerão a sua aposentadoria, ainda que não estejam mais em vigor. "Esse artigo traria de volta muitos marechais", diz o deputado José Lins (PFL-CE), indicado pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, para encaminhar as negociações com o PMDB.

Também deve ser corrigido o artigo que estabeleceu a licença paternidade. Será retirada, conforme acordo já delineado, a expressão "de oito dias", deixando à lei ordinária a especificação da duração da

licença. A anistia aos microempresários também consta dos 21 pontos já acordados. "Embora nenhum dos lados seja unânime a esse respeito, o PMDB aceita retirar a anistia do projeto", conta Lins.

Segundo o deputado, dos 40 pontos listados pela liderança do PFL, apenas 12 são considerados inegociáveis pelo PMDB. Entre os restantes, 21 já estão acordados e os sete restantes ainda estão em fase inicial de avaliação.

rantiu que suas relações com o presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados não serão afetadas. Sorrindo, e dividindo a sua informalidade com alguns passageiros que ouviam a

conversa, o presidente observou: "Um homem da idade do doutor Ulysses Guimarães não se irrita, é igual a mim..."

O presidente contou que esperava as reações que

efervesceram o clima da Constituinte ontem, ao fazer o pronunciamento. "Sei que, em política, não existe unanimidade", observou, valendo-se de sua longa experiência parlamentar.

# Empresários querem mudar 25 pontos

por Yves Léon Winandy de Belo Horizonte

Dez entidades de classes empresariais mineiras divulgaram ontem, em Belo Horizonte, um documento em que relacionam 25 itens que desejam ver excluídos do texto da nova Constituição brasileira, em segunda votação, em Brasília. Os pontos listados, afirmam os empresários, representam os "aspectos fundamentais de uma reversão que se impõe", no quadro de uma Constituição que nasce sob o signo da "inquietação", por adotar, em várias partes, "um discurso incompatível com as expectativas nacionais".

Completado às 21h30 de ontem, após a fala do presidente José Sarney, em cadeia nacional de televisão, o documento das entidades mineiras também faz uma avaliação positiva do pronunciamento presidencial. Os dados apresentados pelo presidente da República, concluem as entidades, "são de tal forma contundentes que se chega a temer por uma situação de descontrolo e impasse que é preciso, a todo custo, evitar".

"As posições externadas pelo eminente chefe de governo coincidem, plenamente, com a postura sustentada em documento que estamos encaminhando aos senhores constituintes", afirmaram os empresários, paralelamente, em telex encaminhado, ontem mesmo, à Presidência da República. Nele, esclarecem estar "identificados" com o presidente na "compreensão" de, se prevalecerem "certos dispositivos (na Constituição)" o Brasil "estará sob o risco de se tornar ingovernável".

O telex e o documento ontem divulgados — intitula-

dos "A Constituição como expressão do sentimento nacional" — foram assinados pelos presidentes das Federações das Indústrias (FIEMG), da Agricultura (FAEMG) e do Comércio; pelas Associações Comerciais de Minas (ACM), dos Hospitais do Estado de Minas Gerais; pelos Centros das Indústrias das Cidades Industriais (CICI) e das Indústrias do Estado de Minas Gerais (CIEMG), pelo Clube dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte (CDL), pela União dos Varejistas de Minas Gerais e pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG).

"Desejamos que a nova Carta Constitucional seja salva; desejamos que aprendamos a trabalhar na democracia", explicou o porta-voz dos empresários envolvidos, José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da FIEMG, referindo-se a essa iniciativa das associações de classe. De acordo com ele, se a nova Constituição não puder ser escoimada dos pontos listados "é preferível que ela seja considerada perdida" — ou melhor, que os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte sejam interrompidos, para recomeçar tudo de novo.

A seguir, os 25 pontos listados pelos empresários mineiros:

- Reforma agrária: "A desapropriação de áreas produtivas é absolutamente inaceitável. Não se pode levar o desassossego e a inquietação ao meio rural, o que, provocando a destruturação do sistema produtivo, ameaça a própria estabilidade institucional", diz o documento, a ser distribuído a todos os constituintes. Ele também deverá ser encaminhado a todos os governadores de estado,

procurando conseguir seu apoio às teses defendidas pelos empresários.

- Mandado de injunção: do ponto de vista das entidades de classe mineiras, ele "pressupõe que a Constituição é obra perfeita, cuja execução deve ser compulsória; isso transforma o legislador em simples automático".

- Relação de emprego protegida: a expressão "dentre outros direitos" confunde. "Para a proteção da relação de emprego, já existe a indenização compensatória", afirma o documento.

- Turnos ininterruptos de revezamento: "a jornada de seis horas fere o princípio da isonomia", avalia.

- Férias remuneradas: é um desvio "econômico e psicológico", pois, com esse item, "remunera-se o lazer em detrimento do trabalho".

- Aviso prévio: o item, como colocado na nova Constituição, "desvirtua o aviso prévio tradicional".

- Prescrição: passar dos

dois anos atuais para cinco "já representa ônus de penosa absorção. Além disso", diz o documento, "discriminar a área rural (...) é peso insuportável".

- Greve: "em termos restritos, é uma violência contra os interesses da coletividade", afirma. Pede que se deixe a lei ordinária discipliná-la.

- Telecomunicações (estatização): pede que se promova sua desestatização.

- Competência para legislar sobre trânsito e transporte de bens e pessoas: pede-se que se deixe a União legislar no que se refere a quaisquer rodovias e ferrovias, e não apenas às federais.

- Abastecimento alimentar: os empresários solicitam a desregulamentação desse item, argumentando que, à época do Plano Cruzado, o governo "interveio e interferiu o suficiente para desorganizar a economia".

- Gás canalizado: pedem que se suprima, do texto, a palavra "estatal".

- Competência do município para suplementar a legislação federal e a estadual: considera uma "temeridade" dar competência, ao município, para suplementar a legislação federal e estadual, no campo.

- Somos a favor da distribuição de parte da renda aos estados e municípios, mas não via aumento da carga tributária", explicou Gomes da Silva, da FIEMG.

- Competência do TST: o documento solicita a supressão da expressão "limitados os recursos das decisões dos tribunais regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo desta Constituição ou direito federal".

- Competência normativa da Justiça do Trabalho: "o poder normativo que se pretende atribuir à Justiça do Trabalho afasta-se da sistemática jurídica", afirma o documento.

- Imposto sobre grandes fortunas: pede a supressão deste item.

- Adicional do Imposto de

Renda: "representa mais do que bitributação", comentam os empresários.

- Conceito e privilégios da "empresa brasileira de capital nacional": pede-se a supressão desse item.

- Agente regulador: é um "dispositivo estatizante", diz o documento.

- Pesquisas e lavra de recursos minerais: defendem que se autorize o investimento estrangeiro, na área.

- Contrato de risco: pedem sua manutenção.

- Juros: pedem a supressão da limitação dos juros.

- Assistência à saúde/participação do capital estrangeiro: defendem a atuação do capital estrangeiro, no setor.

- O mercado interno como patrimônio nacional: pedem a supressão do dispositivo.

- Comercialização de derivados de sangue: "incluir a não comercialização dos derivados do sangue, no texto constitucional, é expor a risco muitas vidas", argumentam os empresários.

## "Duração dos trabalhos atrapalha a economia"

por Elaine Lerner de Brasília

A duração da Assembleia Nacional Constituinte, considerada "excessiva" por vários empresários que ontem participaram da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), está criando uma situação de expectativa na economia nacional. "Não é a Constituinte, em si, que atrapalha, porque ela é inócua, mas sim a expectativa gerada pelas decisões que serão tomadas", explicou o presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos.

Para o presidente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, os dezoito meses de duração da Assembleia estão criando, hoje, "um ambiente em que o nível emocional é muito perigoso".

Ambos, são favoráveis à conclusão dos trabalhos nos próximos trinta dias, como forma, inclusive, de acabar com a expectativa gerada no setor econômico.

Já o presidente do Banco de Crédito Nacional (BCN), Pedro Conde, é totalmente contrário à votação do projeto de Constituição em bloco, como ocorreu na tarde de ontem. "Fica impraticável o voto em bloco, porque torna quase impossível reunir 280 votos para suprimir algumas emendas." Diniz acredita, inclusive, que esse tipo de votação retirará, totalmente, "a possibilidade de corrigir erros cometidos na primeira fase", criando "uma posição que radicaliza as negociações". Segundo ele, o País, "lamentavelmente, pode estar caminhando para um certo confronto".